

Nos Caminhos da Memória, nos Rastros da História: Um Diálogo Possível

Eliene Dias de Oliveira*
Losandro Antonio Tedeschi**

Resumo: Esse texto tem como propósito refletir teórica e metodologicamente sobre o que vem a ser a memória histórica, na inter-relação possível entre memória e História, o que se efetuará a partir do diálogo os posicionamentos dos teóricos franceses Paul Ricouer e Pierre Nora. Da obra *A memória, a história e o esquecimento*, de Paul Ricouer (2007), pretende-se utilizar especialmente a primeira parte, intitulada “Da Memória e Reminiscência”. Quanto ao texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, este é de autoria de Pierre Nora (1993) e será basilar na discussão proposta. A predileção pelo diálogo com esses dois pensadores franceses não impede que, ao longo do texto, outros autores sejam referendados na perspectiva do enriquecimento do debate colocado.

Palavras-chave: história; memória; esquecimento;

Resumen: Este texto se propone una reflexión teórica y metodológica sobre lo que es la memoria histórica, en la posible inter relación entre memoria e Historia, a partir del diálogo entre los posicionamientos de los teóricos franceses Paul Ricouer y Pierre Nora. De la obra “La memoria, la historia y el olvido”, de Paul Ricouer (2007), pretendemos emplear sobretudo la primera parte, con el subtítulo “De la memoria y reminiscencia”. En cuanto

* Professora Assistente do Curso de História da UFMS/Campus Coxim. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFGD. Email: elieneoliveira@yahoo.com.br

** Professor Doutor em História Latino-Americana, pesquisador em História das Mulheres, Estudos de Gênero, Memória e Imigração. Coordenador do LEGHI (Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade) da UFGD/MS.

al texto “Entre Mermoria e Historia: la problemática de los lugares”, cuyo autor es Pierre Nora (1993), será basilar en la discusión propuesta. La elección por el diálogo con esos dos pensadores franceses no impide que, a lo largo del texto, otros autores sean referendados en la perspectiva del enriquecimiento del debate propuesto.

Palabras-clave: historia; memória; olvido;

Inspirados na narrativa de Marc Bloch (2001), *Apologia da História*, nesse trabalho tenciona-se ponderar sobre a memória como constituinte do trabalho do historiador. Em outras palavras, a proposta é refletir sobre o ofício do historiador a partir do embate intelectual que se constrói em torno da memória.

Na perspectiva apresentada neste texto torna-se salutar o enfrentamento teórico da categoria memória e do debate proposto em torno dela. Esse será o primeiro eixo temático do texto aqui apresentado. Já o segundo eixo temático proposto centra-se em torno dos lugares de memória problematizados por Pierre Nora (1993).

Embora o texto esteja estruturado em dois eixos temáticos, entende-se que os mesmos estão interligados em torno da questão centrada na relação história/memória. Por conseguinte, não se trata de dois eixos dicotômicos, mas complementares, e que perspectivam o alcance da melhor compreensão sobre esta categoria tão cara ao ofício do historiador, que é a memória.

O historiador francês Paul Veyne, em *Como se escreve a História*, considera que “a história é filha da memória” (2008-13). Essa relação filial dá-se a partir da clareza que a História não tem o poder de fazer reviver o vivido, mas sim de narrá-lo a partir de operações como a seleção, a síntese, a organização, sendo que “(...) essa síntese da narrativa não é menos espontânea do que a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos” (2008-12).

A História é, para Veyne, “uma atividade intelectual” (2008-85) que como totalidade sempre nos escapa. A História é conhecimento mutilado. Filha da memória, ela é essencialmente conhecimento através de documentos, indícios, *tekmeria* (1976-13).

Partilhando a ideia de que a História alimenta-se de uma relação direta com a memória, em Paul Ricoeur nota-se o debate em torno da aporia entre memória e imaginação. Num primeiro viés, tem-se a tradição platônica que centra-se na representação presente de algo ausente, a problemática da *eikôn*, ou seja, da imagem associada à impressão, à *tupos*.

Ora, a hipótese – ou melhor, a aceitação – da impressão suscitou, no decorrer da história das idéias, um cortejo de dificuldades que não deixaram de pesar, não somente sobre a teoria da memória, mas também sobre a da história, com outro nome, o de “rastro”. (RICOUER, 2007-32)

Remetendo à assertiva de Marc Bloch, segundo a qual a História pretende ser uma ciência por rastros, Ricoeur (2007-32) discorre sobre os sentidos possíveis da palavra rastro: rastros sobre os quais trabalha o historiador (escritos e eventualmente arquivados); impressão enquanto afecção resultante do choque de um acontecimento notável, marcante; e, por último, a impressão corporal.

Em outra direção do debate acerca da memória e da imaginação, a tradição aristotélica fundamenta-se no tema da representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, preconizando a inclusão da problemática da imagem na da lembrança.

Ricoeur alerta contra a tendência de abordar a memória a partir de suas deficiências. Ao contrário, propõe-se a abordar os fenômenos mnemônicos a partir de suas capacidades, pois não se tem outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória. À memória se vincula uma pretensão: a de ser fiel ao passado. Dessa forma, o esquecimento não deve ser tratado como uma forma

patológica, “mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória” (2007-40).

Em defesa à possível acusação da memória ser pouco confiável, Ricouer aponta o fato de precisamente ela ser o único recurso para significar o caráter passado daquilo que se declara ter lembrado. E vai além, ao dizer que tal acusação jamais seria imputada à imaginação, já que essa tem claramente como paradigma o irreal e o fictício. Nessa seara, o testemunho será a estrutura fundamental que liga a memória e a História.

Recorrendo à obra *Confissões* de Santo Agostinho, Ricouer problematiza o esforço de recordação e o esquecimento:

Não é somente o caráter penoso do esforço de memória que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã de cumprir esta ou aquela tarefa; porque amanhã será preciso não esquecer... de se lembrar. Aquilo que [...] chamaremos de dever de memória consiste essencialmente em dever de não esquecer. (RICOUER, 2007-48)

Nesta perspectiva do dever de tudo se lembrar e nada esquecer é que se presentifica a busca pelo passado.

Na abordagem fenomenológica da memória proposta pelo filósofo Paul Ricouer, este delibera por construir uma investigação das diferenças entre imagem e lembrança partindo do seguinte questionamento: é a lembrança uma espécie de imagem? Perplexamente, o autor reaproxima memória e imaginação ao concluir que “A escrita da história partilha dessa forma das aventuras da composição em imagens da lembrança sob a égide da função ostensiva da imaginação” (2007-70).

A questão da verdade da memória, de sua confiabilidade, se coloca novamente como cerne de toda a investigação sobre o que

diferencia a memória da imaginação. De fato, é a busca da verdade que especifica a memória como grandeza cognitiva.

Tal grandeza cognitiva não impede, porém, a vulnerabilidade da memória, resultante entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação. Essa vulnerabilidade constitui os abusos da memória presentes nos distúrbios da memória impedida, na memória manipulada e na memória abusivamente convocada.

Sobre a memória impedida, em nível patológico-terapêutico, se fala legitimamente em memória *ferida* ou *enferma*. Já a memória manipulada remete ao nível prático resultante de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores do poder. Por último, no nível ético-político, a memória obrigada desvela-se num pretense dever de memória, configurando o terceiro nível dos abusos dessa.

Em defesa da memória individual, o autor apresenta os argumentos de Santo Agostinho, a saber, a memória parece de fato ser radicalmente singular; o vínculo original da consciência com o passado parece residir na memória; é principalmente na narrativa que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular; por último, é à memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo.

Objetivando o diálogo entre a memória individual e a coletiva, Ricouer recupera a proposição de Maurice Halbwachs de atribuir a memória diretamente a uma entidade coletiva, o grupo ou sociedade. Nesse sentido, “É essencialmente no caminho da recordação e do reconhecimento, esses dois fenômenos mnemônicos maiores de nossa tipologia de lembrança, que nos deparamos com a memória dos outros” (2007-131). Para Halbwachs, os indivíduos são incapazes de se lembrarem sozinhos.

Enriquecendo o debate proposto entre o caráter individualizante e coletivo da memória defendidos, respectivamente, pelas teses aqui denominadas de fenomenológica e sociológica, Ricouer fornece uma comparação dialógica. A respeito do olhar fenomenológico da memória, o autor argumenta sobre os aspectos da linguagem, afirmando “[...] a lembrança dita, pronunciada, já é uma espécie de discurso que o sujeito trava consigo mesmo. Ora, o pronunciado desse discurso costuma ocorrer na linguagem comum, a língua materna, da qual é preciso dizer que é a língua dos outros” (2007-138).

Encerrando momentaneamente essa aporia, Ricouer chama a atenção para a existência de um plano intermediário de existência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais os sujeitos pertencem. “Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto” (2007-141).

Assim, ao invés de circunscrever-se na polaridade entre memória individual e memória coletiva, o debate no campo da História deve se posicionar a partir de uma tríplice atribuição da memória, ou seja, a si, aos próximos, aos outros.

Apresentadas aqui algumas das proposições de Ricouer sobre a memória e a imaginação e sobre a memória individual e coletiva, passa-se, agora, ao segundo eixo temático, que consiste no olhar de Pierre Nora para os lugares de memória e para a necessidade premente de memória de nossa sociedade contemporânea.

Para Nora, fala-se tanto de memória porque ela não existe mais:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento

desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993-07)

Na visão do autor, vive-se, portanto, na era do fim das sociedades-memória, como a igreja, a escola, a família ou o Estado. Junto ao fim dessas sociedades-memória está o fim das ideologias-memórias e a dilatação pelos recursos da mídia da própria percepção histórica. Essa ruptura entre memória e História desvela-se na evidência de que “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (1993-08).

De acordo com Nora, memória e História, longe de serem sinônimos, se opõem. A memória é a vida, ao passo que a História é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (1993-09).

Assim, a História tornou-se o meio de memória salutar e os lugares de memória, restos. Em outros termos, “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (1993-13).

A partir da percepção da memória tomada como História, evidencia-se que tudo o que chamamos hoje de memória não é memória, mas já História. “Tudo o que chamamos de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (1993-15).

Conforme explana Pierre Nora, o que se chama de memória é, de fato, a constituição do estoque material daquilo que é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que se poderia ter necessidade de se lembrar. Por isso, segundo sua visão teórica, à medida que de-

saparece a memória tradicional, os indivíduos sentem-se obrigados a acumular “religiosamente” vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do acontecido.

Nora chama o processo de descentralização da memória de “liquidação da memória” (1993-16), na ânsia não apenas de tudo guardar, mas também de produzir arquivos, ou seja, produzir memórias para conservá-las.

Os lugares de memória, para Nora, são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Em sua complexidade pertencem ao domínio do simples e do ambíguo; do natural e do artificial; do diretamente oferecido à experiência sensível e, ao mesmo tempo, à abstrata elaboração. Os lugares de memória nascem da vontade de memória. “Lugares, portanto, mas lugares mixtos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade” (1993-22).

Objetivando lançar luz a algumas questões centrais do texto de Nora, considera-se nesse ponto as afirmações da historiadora Jacy Alves de Seixas (2004), em seu texto “Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais”, publicado no livro *Memória e (res) sentimento*. Segundo Seixas, Nora retoma e apropria-se das ideias básicas de Halbwachs, a saber, a oposição que estabelece entre memória individual e memória coletiva e, sobretudo, entre memória coletiva e História. Nessa oposição, Halbwachs confere o atributo de atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva à memória coletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado, opondo-se à História, que subjaz caracterizada por ser processo interessado, político e manipulador.

A memória coletiva, sendo sobretudo oral e afetiva, pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas; a história é uma atividade da escrita, organizando e unificando numa

totalidade sistematizada as diferenças e lacunas. Enfim, a história começa seu percurso justamente no ponto onde se detém a memória coletiva. (SEIXAS,2004-40)

Segundo Seixas, Pierre Nora oporá ainda mais radicalmente a História e a memória. Para ele, é impossível operar-se uma distinção clara entre memória coletiva e memória histórica, pois a primeira passa necessariamente pela História, é filtrada por ela. Logo, é impossível à memória escapar contemporaneamente dos procedimentos históricos.

Nora organiza uma classificação rígida e dicotômica entre memória e história. A memória é a tradição vivida _ a memória é a vida _ e sua eterna atualização no “eterno presente” é espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável; a história é o seu contrário, um operação profana; uma reconstrução intelectual sempre problematizadora que demanda análise e explicação, uma representação sistematizada e crítica do passado. Tudo aquilo que chamamos hoje de memória, conclui Pierre Nora, já não o é, já é história. (SEIXAS, 2004-41)

A memória é percebida por Nora como prisioneira da História ou *encurralada* nos domínios do privado e do íntimo. Transformou-se em objeto e trama da História, em *memória historicizada* (2004-41).

Seixas considera o olhar sobre o que a insistência historiográfica exclusiva na memória voluntária está deixando de lado, a saber, a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas; a função criativa inscrita na memória de atualização do passado lançando-se em direção a um futuro, que se reinveste desta forma de toda a carga afetiva atribuída comumente às utopias e aos mitos.

Em poucas palavras, se buscamos refletir sobre as relações entre memória e história, penso ser necessário iluminar a memória também a partir de seus próprios refletores e prismas; necessário, portanto, incorporar tanto o papel

desempenhado pela afetividade e sensibilidade na história quanto o da memória involuntária. Necessário, igualmente, atentarmos para o movimento próprio à memória humana, ou seja, o tempo-espaço no qual ela se move e o decorrente caráter de atualização inscrito em todo percurso de memória. (SEIXAS, 44-2004)

Aqui, mais uma vez evidencia-se a complexidade dos campos da memória. Talvez a grande contribuição de Seixas seja, para além do diálogo com Nora, a proposição de um olhar mais apurado para outras facetas da memória, como a afetividade e a sensibilidade.

Destarte, nesse breve ensaio não se pretende esgotar as possibilidades de discussão de temática tão importante e controversa. Tenciona-se, sim, assinalar a riqueza do debate e a necessidade de reflexão contínua sobre os campos da memória; a relação História e memória; os lugares de memória e – por que não dizer – a necessidade do esquecimento.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício de historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliene Dias de. *Identidades e representações: memórias e viveres de nordestinos em Coxim-MS (1956-1990)*. Dourados: UFGD, 2011. (Anteprojeto de Pesquisa)

RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. pp. 37-55.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 2008.